DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XIX Nº 4173
24 de Maio de 2021
Segunda Feira -feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPE

Sindsep/MA lança Campanha de Arrecadação de Alimentos

O Sindsep/MA realizou na manhã desta segunda-feira, 24, a Live de Lançamento da Campanha Estadual de Arrecadação de Alimentos do Sindsep/MA, que teve como tema a "Situação social do Maranhão em tempos de pandemia", proferida pelo professor doutor Tadeu Teixeira.

O evento foi transmitido através dos canais do Sindsep/MA nas redes sociais, Facebook (/Sindsep.ma) e Youtube (/sindsepMaranhao).

O evento teve as saudações dos presidentes do Sindsep/MA, Raimundo Pereira, e da CUT/MA, Manoel Lages.

Manoel Lages falou da importância da campanha, haja vista, que a pandemia trouxe não somente a problemática sanitária, mas também expôs com mais severidade a situação da disparidade social.

"A pandemia apresentou para a sociedade uma grave crise sanitária que foi agravada pela ingerência do Governo Federal. No contexto negativo desse cenário aparece a questão social, que agora, apresenta abismos cada vez mais significativos, e essa campanha tem como foco suprir esses espaços", comentou Manoel Lages.

A Live teve ainda a participação artística de Wanderson Santiago, Fátima Passarinho, Tereza Canto e Flávia Bittencourt.

Ao final, Raimundo Pereira, agradeceu a participação das pessoas que prestigiaram a Live e comentou outra vez a importância do engajamento na campanha.

"Precisamos fortalecer ainda mais essa campanha. Temos que focar na arrecadação de alimentos para que possamos diminuir a fome de muitas famílias que estão passando por uma situação complicada na pandemia. O Sindsep/MA mais uma vez está voltado para a construção de uma sociedade mais igualitária", comentou.

Maioria que apoiou 'reformas' contra o povo no Congresso não se reelegeu em 2018

Às vésperas do ano eleitoral, é bom que os parlamentares do Congresso Nacional abram os olhos: o povo não perdoa deputado que vota contra os seus direitos. O pleito de 2018 deixou claro que, deputado que não apoia o povo, não é reeleito. Levantamento feito por entidades sindicais que representam os servidores públicos apontam que cerca de 80% dos deputados federais que votaram a favor da reforma Trabalhista e declararam votar na reforma da Previdência não conseguiram se reeleger.

Cenário confirmado em pesquisa realizada pelo Broadcast Político e Inteligov. A maioria dos parlamentares reeleitos em 2018 foi contra 'reformas'. Conforme dados apresentados, dos 251 deputados federais reeleitos em 2018, menos da metade foi totalmente favorável às reformas econômicas aprovadas pelo governo de Michel Temer. Ou seja, menos de 125. A troca das cadeiras foi responsável pelo fim da dinastia de renomados clãs políticos que atuavam no cenário nacional há décadas. Parlamentares que dedicaram suas "carreiras" em prol do patrão e contra o trabalhador não conseguiram renovar mandatos em 2018. O preço que pagaram por votar contra direitos dos trabalhadores foi a derrota nas urnas.

Uma das primeiras medidas econômicas propostas por Temer, a PEC do teto dos gastos (EC 95/16), que congela investimentos públicos por 20 anos, recebeu apoio de 144 parlamentares que conseguiram se reeleger. Os demais, foram barrados pela vontade popular. A reforma Trabalhista foi ainda mais punitiva com os seus defensores.

As bancadas e legendas também perceberam o desgaste causado pela aprovação das propostas. MDB e PSDB encolheram 33% e 41% respectivamente. Reforçando a vitória das campanha "Quem votar não volta" e "Se votar, não volta", proposta por entidades representativas dos trabalhadores.

Reforma Administrativa

O mesmo deve acontecer com os parlamentares que apoiarem a reforma Administrativa. Uma ampla campanha de esclarecimento sobre os efeitos perversos da PEC 32 está em curso em todo o Brasil. Em alguns estados entidades estão apostando no uso de outdoors para mostrar quais deputados federais estão sinalizando votos em favor da reforma e contra direitos essenciais da população assegurados na Constituição através dos serviços públicos. Em Santa Catarina, o relator da PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado federal Darci de Matos, foi cobrado para que não desse apoio ao desmonte dos serviços públicos representado pela proposta de reforma Administrativa.

Nesta quinta-feira, 20, o deputado apresentou um segundo relatório sobre a PEC 32 dando mais um passo atrás nos ataques ao serviço público brasileiro. Antes havia tirado o poder do presidente de extinguir escolas, hospitais e outros órgãos públicos. Agora tira a palavra "subsidiariedade" que facilitaria a política de "vouchers" de Paulo Guedes. Há três conclusões. Eles sabem que a PEC é inconstitucional e estão tentando blindar retirando as partes mais evidentes para "passar a boiada" do restante; estão temerosos diante da pressão que cresce e tentam jogar na confusão; o que está mantido continua sendo um ataque brutal. A conclusão principal é que servidores e população devem jogar toda força para que essa PEC seja derrotada.

Na Pressão

É preciso reforçar e intensificar a pressão aos parlamentares da comissão e cobrar que barrem a proposta. Para ajudar nessa luta em defesa do setor público é fácil. Acesse o site "Na Pressão". Lá você encontra informações e dados para que você possa entrar em contato com os deputados membros da CCJ em seu estado.

Para isso, confira aqui a lista com os nomes dos parlamentares membros da CCJ. Em seguida acesse o "Na Pressão" e selecione o parlamentar e seu estado e deixe seu recado: "Deputado que votar contra os direitos do povo não terá meu voto. Diga não à reforma Administrativa".

Ricos cada vez mais ricos

A reforma Administrativa deixará o rico cada vez mais rico, beneficiará o patrão e fragilizará as ações voltadas ao bem coletivo. Ao contrário do serviço público, que não tem o lucro como resultado de seu trabalho, os apoiadores da PEC 32 pretendem abocanhar as atividades hoje ofertadas pelas três esferas de poder (municipal, estadual e federal). Será o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), das universidades públicas, do fomento à pesquisa e do ensino público de qualidade.

Mas, à exemplo da mudança vista na eleição de 2018, os parlamentares que se posicionarem contra o povo e em favor do patrão, deverão ter seus destinos políticos encurtados. Quem apoia a reforma é contra o cidadão e não tem o direito de representá-lo no Congresso Nacional.

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: Raimundo Pereira de Souza *Secretaria de Comunicação:* José Alfredo Duarte Torres, Marcos José Costa Ferreira e Valter Cezar Dias Figueiredo
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais:* Rafael Costa